

PÁG 2

Grupo Técnico da Abraceel reforça: monitoramento da alavancagem deve anteceder as garantias financeiras do MCP

PÁG 6

No Agenda Setorial 2022, entidades convergem em torno de teses do mercado livre

PÁG 9

Cai mais um mito: CCEE estima eventual sobrecontratação em, no máximo, R\$4,00 MWh

PÁG 12

Abraceel na Mídia

PÁG 13

Curtas

PÁG 16

E o Congresso?

PÁG 18

Próxima Semana



Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

Grupo Técnico da Abraceel reforça: monitoramento da alavancagem deve anteceder as garantias financeiras do MCP

Matéria em 1 minuto:

- Associadas da Abraceel concordam que o monitoramento da alavancagem deve ser implementado antes da eventual alteração de metodologia de aporte das garantias financeiras do MCP para que, na sequência, sejam analisados os seus efeitos;
- Está disponível para as associadas ferramenta elaborada pela Volt Robotics/Elekto para realizar simulações sobre o cálculo de risco, fatores de alavancagem e garantias financeiras;
- Foi destacada a importância da definição objetiva dos critérios e parâmetros para implementação do monitoramento da alavancagem;
- Abraceel irá realizar minuta de contribuição abordando os principais tópicos acordados com o GT e, após divulgação, irá realizar nova reunião do GT para debatê-la.



Tempo de leitura:
2 minutos

O Grupo Técnico da Abraceel se reuniu no dia 20.04 para discutir as Consultas Públicas Aneel 10/22 e 11/22, que versam sobre o monitoramento da alavancagem e garantias financeiras do MCP. Ambas discutem as propostas da CCEE sobre os temas, que foram detalhadas em edição anterior do Relatório Semanal da Abraceel.

Na reunião, que contou com a participação de cerca de 160 colaboradores das empresas associadas da Abraceel, foi relembrada a trajetória das propostas da CCEE sobre segurança de mercado, vide imagem abaixo.



Cabe ressaltar que as propostas avançaram durante esse tempo, após amplo diálogo da Abraceel com as associadas e entidades setoriais, e resultaram (i) na desistência da proposta de chamada de margem semanal; (ii) no reconhecimento de que as comercializadoras não são causadoras da inadimplência do MCP; (iii) entendimento sobre a conveniência de implementação das regras de monitoramento antes de eventual mudanças nas garantias; e (iv) abordagem prudencial por parte da CCEE, ao invés de a CCEE ter o acesso integral aos contratos, que era escopo da primeira proposta da Câmara.

Devido à urgência de discussão pública alegada pela CCEE, foi dispensada a elaboração de Análise de Impacto Regulatório (AIR) pela Aneel nas consultas públicas, assim como não foi feita proposição pela Agência de minuta de resolução. Assim, é esperada nova discussão pública para debater a proposta de regulamentação dos temas, considerando que a Lei 13.848/19, que modernizou a legislação sobre agências reguladoras, não permite aprovação de alteração em normativo sem prévio debate público sobre a versão preliminar de minuta de resolução.

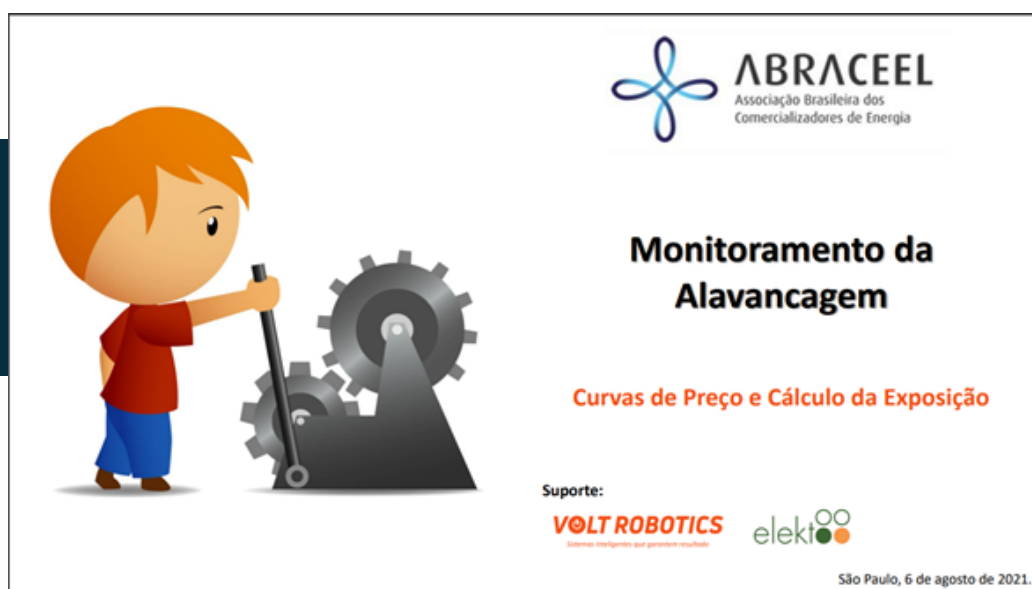
Na reunião, Donato Filho, da Volt Robotics, ponderou que o principal objetivo da eventual alteração das garantias financeiras deve ser o ganho de liquidez superior ao custo da garantia, com segurança jurídica para os envolvidos. Nesse sentido, o consultor apresentou pontos que são necessários para o cálculo e análise das propostas de garantias e monitoramento da alavancagem da CCEE, os quais, todavia, não foram detalhados pela Câmara, conforme mostra a imagem a seguir.

Parâmetro	Monitoramento da Alavancagem	Cálculo das Garantias
Fator de Confiança	●	●
Tempo de Retenção	●	●
MtM ou Exposição	●	●
Metodologia com Equacionamento	●	●
Algoritmo	●	●
Processo	●	●
Percentuais de Garantia		●

As associadas reiteraram o principal pleito da Abraceel de que o monitoramento da alavancagem deva ser implementado antes da eventual alteração de metodologia de aporte das garantias financeiras do MCP, para que, na sequência, sejam analisados os seus efeitos, de modo a permitir reflexão sobre a necessidade efetiva de alteração no regimento que trata das garantias. Assim, as discussões até que poderiam ser conduzi-

das em paralelo, desde que o aprimoramento do monitoramento da alavancagem seja implementado antes das eventuais alterações das regras sobre garantias.

Complementarmente, foi destacada a importância da definição objetiva dos critérios e parâmetros para implementação do monitoramento da alavancagem, bem como de discussão pública para tanto. Nesse sentido, a Volt Robotics considera que inicialmente os parâmetros devam ser brandos. Vale lembrar que no ano passado a Abraceel apresentou [proposta de monitoramento](#) detalhada para a Aneel, após ampla discussão com as associadas, e que a proposta continua sujeita ao recebimento de propostas de melhorias, principalmente nos seus parâmetros, ainda que na reunião desta semana o Grupo Técnico não tenha apresentado nenhuma nova sugestão.



Ademais, para facilitar as simulações das associadas, a Volt Robotics e a Elekti elaboraram sistema executável, que foi encaminhado por e-mail aos membros do Grupo Técnico da Abraceel, onde cada associada poderá realizar simulações sobre o cálculo de risco, fatores de alavancagem e garantias financeiras, alterando os parâmetros conforme desejado. É de extrema importância que as empresas testem a ferramenta e enviem seus comentários para a Abraceel (gt@abraceel.com.br), de modo a subsidiar a contribuição que a Abraceel irá apresentar às Consultas Públicas 10/22 e 11/22 da Aneel, que deverão abordar os principais tópicos considerados importantes pelo GT:

Monitoramento da Alavancagem

- Sugestão de não envio da exposição comprada e vendida (em MWmédio e R\$) e indicação das suas 5 maiores contrapartes pelas comercializadoras;
- Exclusão da classificação de comercializadoras em tipo 2 quando o monitoramento de alavancagem estiver operacional;

- Discussão pública para alteração dos parâmetros, sem a possibilidade de a CCEE alterá-los de forma discricionária; e
- Enfatizar que a competência do poder de polícia e papel sancionador sobre penalidades é da Aneel, conforme legislação atual.

Garantias Financeiras

Em breve, será realizada nova reunião do Grupo Técnico da Abraceel para debater os temas, após o compartilhamento da minuta de contribuição da Associação. As apresentações realizadas na reunião estão disponíveis na área restrita do site de Abraceel, seção “Apresentações Exclusivas”.



No Agenda Setorial 2022, entidades convergem em torno de teses do mercado livre

Matéria em 1 minuto:

- Assuntos indicados como prioritários por ONS, Aneel, EPE e CCEE mostraram sintonia com a agenda da Abraceel para consolidar o ambiente de contratação livre de energia;
- Graças à participação da Abraceel na organização, as três bandeiras do mercado preencheram a maior parte da programação do evento, forçando posicionamentos da governança pública;
- Rodrigo Ferreira ainda pediu engajamento dos agentes para a aprovação do PL 414/2021 e alertou para a janela de oportunidades para a abertura integral do mercado em razão da redução de contratos regulados nos próximos anos.



Tempo de leitura:
2 minutos

Cerca de 250 pessoas – 150 presencialmente e 100 remotamente – acompanharam os debates do Agenda Setorial 2022, evento do Canal Energia que foi realizado no dia 18 de abril no Rio de Janeiro. Graças à participação da Abraceel como parceira na organização, as três bandeiras do mercado livre – abertura de mercado, segurança de mercado e formação de preços – preencheram a maior parte da programação, forçando posicionamentos dos representantes das instituições públicas.



Autoridades da governança pública do setor elétrico, como diretores e conselheiros do ONS, Aneel, EPE e CCEE, compareceram ao evento, que tradicionalmente indica as prioridades da agenda do setor elétrico no ano. Todos apresentaram os assuntos que estão na ordem do dia em 2022 para as equipes de cada instituição. Em sua maioria, os assuntos categorizados como prementes convergem com a agenda da Abraceel para aprimorar e consolidar o funcionamento do ambiente de contratação livre no Brasil.



Rodrigo Ferreira foi moderador do primeiro painel, organizado para os órgãos e as instituições da governança pública setorial indicarem e explicarem as prioridades da agenda regulatória e técnica em 2022 (veja destaque abaixo).

Nas intervenções, Rodrigo pontuou os mais recentes esforços empreendidos pela Abraceel para promover a abertura do mercado e também aperfeiçoamentos na segurança do mercado e na formação de preços, exemplificando ações conduzidas com o Conselho da CCEE e com a Diretoria da Aneel.

Dinâmica do mercado livre

O Presidente Executivo da Abraceel deu números que dimensionam o mercado livre brasileiro, indicando que ainda há cerca de 69 mil unidades consumidoras aptas a migrar nas condições regulatórias vigentes, e que a perspectiva é de crescimento nos próximos anos.

“Esse mercado está migrando, batemos recorde no ano passado, o mercado livre cresceu 26% em unidades consumidores e 9% no consumo de energia”, disse, complementando que “é natural que o mercado, numa transição do atacado para o varejo, ocorra em dinâmica diferenciada”, em referência ao mercado remanescente para migração, com cargas cada vez menores por consumidores. Por isso, alertou, a abertura do mercado tem de ser completa, pois escala e investimento em comunicação serão fatores-chave para informar e atrair os futuros consumidores livres.



Rodrigo Ferreira ainda pediu engajamento dos agentes do mercado para a aprovação do PL 414/2021, caracterizado como chave para a modernização do modelo regulatório e comercial do setor elétrico. Além disso, o presidente executivo da Abraceel explicou a importância de aproveitar a janela de oportunidades na qual vence 31% do volume de contratos legados regulados já no curto prazo, o que evita custos para a transformação em curso do mercado e na formação de preços, exemplificando ações conduzidas com o Conselho da CCEE e com a Diretoria da Aneel.



Em outro painel, voltado para discutir os requisitos para a abertura do mercado, a moderação foi realizada por Bernardo Sicsú, Vice-Presidente de Estratégia e Comunicação da Abraceel.

Após sinalizar confiança diante dos recentes movimentos do Congresso Nacional e do Poder Executivo para garantir o direito de escolha a todos os consumidores de energia elétrica, ele lembrou aos participantes que a legislação já permite o acesso universal ao mercado livre. “Faz mais de 18 anos que a abertura já poderia ter ocorrido”, enfatizou, lembrando que o PL 414/2021 está prestes a ser votado pelos deputados federais, que Aneel e CCEE entregaram estudos para ordenar o processo de abertura do mercado e que há sinalização do MME para fazer consulta pública sobre o tema.

CCEE	ONS	EPE	Aneel
Segurança de mercado	Resposta da demanda	Realização de leilões	Comercialização varejista
Abertura do mercado	Serviços ancilares	Reforços na transmissão	Reserva de capacidade
Modernização setorial	Recursos Energéticos Distribuídos	Eólica offshore	Monitoramento do mercado
Formação de preços	Despacho e formação de preços	Metodologias e programas computacionais	Autorização para comercialização
Certificação de energia	Acesso à transmissão		Contratação de energia



Cai mais um mito: CCEE estima eventual sobrecontratação em, no máximo, R\$4,00 MWh

Matéria em 1 minuto:

- Além de segurança no suprimento e custos da crise, autoridades presentes no Agenda Setorial 2022 destacam cenário favorável para a definitiva abertura do mercado de energia elétrica;
- ONS prevê volume de armazenamento nos reservatórios das hidrelétricas entre 40% e 60% no final do período seco;
- Estudo da CCEE, com premissas muito conservadoras, calcula custo máximo de R\$4,00 MWh derivado de eventual sobrecontratação de energia das distribuidoras.



Tempo de leitura:
2 minutos

Os diretores e conselheiros dos órgãos e instituições da governança pública que participaram do Agenda Setorial 2022 trouxeram informações relevantes para os agentes do mercado e indicaram um cenário mais promissor para 2022, inclusive para a definitiva abertura do mercado de energia elétrica.

Alexandre Zucarato, Diretor de Planejamento do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em painel moderado pelo Presidente Executivo da Abraceel, informou que o cenário para a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN) é confortável para 2022, prevendo que o volume de armazenamento nos reservatórios das hidrelétricas chegará entre 40% e 60% no final do período seco. Em linha, ele também não prevê problemas no balanço de potência nem geração termelétrica fora da ordem de mérito.



Zucarato chamou atenção para a necessidade de maior flexibilidade no parque gerador e fez três alertas: que os modelos de despacho e de formação de preços precisam assegurar que eventos que significam restrições críticas ao sistema não sejam negligenciados, que é preciso atenção à eventual desconexão em cascata da GD, evento que vem



ocorrendo com frequência em alguns países, e que é necessária solução estrutural para o acesso ao sistema de transmissão não ser meramente um critério de “fila de chegada”, diante da enorme quantidade de pedidos de outorga de empreendimentos renováveis protocolados na Aneel recentemente.

Rui Altieri, Presidente do Conselho de Administração da CCEE, apesar de manifestar apoio às medidas emergenciais para contornar a crise hídrica em 2021, afirmou que o custo das térmicas entre outubro de 2020 e novembro de 2021 foi de R\$ 24,3 bilhões, um legado que vai perdurar na conta de energia elétrica, indicado que os reajustes tarifários serão de “dois dígitos” aos consumidores. Ele defendeu a contratação de térmicas mais eficientes na base da geração, via mercado de capacidade.

Altieri também defendeu a abertura total do mercado, ressaltando que os atributos ambientais ganham força com a liberdade de escolha do consumidor e que, nesse sentido, a CCEE está evoluindo para a criação de um Selo para isso, tendo em vista os mais de 80 mil contratos registrados na Câmara por mês.

Erik Rego, diretor de estudos de energia elétrica da EPE, chamou atenção para o fato de que o vencimento dos contratos de termelétricas mais caras ocorre simultaneamente à maior necessidade de potência no sistema, o que cria um desafio e oportunidade para o setor. Erik também defendeu que os reforços de transmissão sugeridos pela EPE têm reduzido o custo total do sistema.

Na sua fala, o diretor da Aneel Hélio Guerra também ressaltou seu apoio à abertura integral do mercado, ressaltando ser esse um desejo de todos e ponto defendido pelo Ministro Bento Albuquerque nas reuniões do CMSE. Ponderou, no entanto, que o consumidor precisa ter consciência sobre os riscos e benefícios do mercado livre, ações que estão detalhadas em nota técnica que o regulador fez sobre o tema.

Marcelo Loureiro, Conselheiro da CCEE, perguntado pelo Vice-Presidente de Estratégia e Comunicação da Abraceel, apresentou resultados de estudo que avalia eventual sobrecontratação de energia das distribuidoras em razão da abertura completa do mercado. Assumindo premissas muito conservadoras, como a migração total para o mercado livre tão logo haja permissão (todos migram no ano da liberalização), não consideração dos mecanismos de descontração como o MVE e manutenção de toda energia de Itaipu em cotas, a CCEE identificou custo máximo de R\$4,00 MWh em razão de possível exposição involuntária. Loureiro lembrou ainda que há espaço para reduzir o valor antes da cobrança de encargos, como prevê o PL 414/2021. Bernardo Sicsú ponderou que os cálculos da Abraceel, com premissas consideradas mais realistas, encontraram um valor de R\$ 0,05 / MWh em média até 2035 e que o estudo da CCEE é importante para desmistificar a questão.





Talita Porto, Vice-Presidente do Conselho de Administração da CCEE, elogiou as contribuições da Abraceel e demais agentes do mercado para a Consulta Pública 121/2021 do Ministério de Minas e Energia, que alterou metodologias dos modelos computacionais de formação de preços. Ela exemplificou que sugestões como adesão à curva de referência, cenário futuro e “operação sombra” foram importantes e bem-recebidas pela CCEE. Além disso, concordou com as ponderações do mercado de necessidade de melhoria na governança das informações e disponibilização dos resultados da consulta pública, temas que levará ao MME.

João Carlos Mello, Presidente da Thymos Energia, indicou que a solução para os contratos legados é o tema mais importante para a abertura do mercado de energia, seguido por comercializador varejista, medição e faturamento, supridor de última instância, e segurança do suprimento. Ele explicou que o estudo realizado para a Abraceel analisou o estoque de contratos legados no longo prazo e que é possível reduzir seu volume com as negociações em torno do acordo de Itaipu, a descotização da energia da Eletrobras e o encerramento dos contratos termelétricos mais caros.

Ricardo Brandão, Diretor de Regulação da Abradee, explicou que a abertura do mercado de energia precisa ser baseada nos princípios da busca por competição e maior eficiência, mas não pode resultar meramente em transferência de renda. Ele apontou que para o setor de distribuição é importante definir regras para o tratamento para os contratos legados e para a separação do fio e energia, com transparência sobre os custos de cada atividade.



ABRACEEL NA MÍDIA



CAPITAL & MERCADO - RODRIGO FERREIRA

I Band News

[Veja o programa completo clicando aqui](#)
[ou ouça a versão em podcast aqui](#)

CanalEnergia.com.br

/ MERCADO / MERCADO LIVRE

MERCADO MERCADO LIVRE - 18 de abril de 2022

CCEE calcula encargo de sobrecontratação em até R\$ 4 por MWh

CCEE CALCULA ENCARGO DE SOBRECONTRATAÇÃO EM ATÉ R\$ 4 POR MWH

I Canal Energia

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)

CanalEnergia.com.br

/ POLÍTICA / REGULAÇÃO

POLÍTICA REGULAÇÃO - 18 de abril de 2022

Custo da energia converge na agenda das autoridades do setor

CUSTO DA ENERGIA CONVERGE NA AGENDA DAS AUTORIDADES DO SETOR

I Canal Energia

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)

CanalEnergia.com.br

/ MERCADO / MERCADO LIVRE

MERCADO MERCADO LIVRE - 19 de abril de 2022

Mercado aberto demanda mais segurança para garantir operações

MERCADO ABERTO DEMANDA MAIS SEGURANÇA PARA GARANTIR OPERAÇÕES

I Canal Energia

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)





CURTAS

Abraceel envia consulta tributária à Sefaz-SP

Após deliberação do Conselho de Administração em reunião do dia 12.04, a Abraceel enviou à Sefaz-SP documento com dúvidas em relação à operacionalização das novas regras de recolhimento de ICMS nas operações do mercado livre de energia elétrica no estado, na forma de consulta tributária. O entendimento contido na resposta será vinculante, tanto para o contribuinte como para a administração tributária. O prazo para resposta é de 30 dias, contados da data de seu protocolo, 18.04. A versão final do documento enviada ao Fisco paulista, após contribuições do Grupo Técnico, está disponível na área restrita do associado, seção Cartas.

Aneel promove seminário “O Futuro do Consumidor de Energia Elétrica”

A Aneel irá promover o seminário internacional “O Futuro do Consumidor de Energia Elétrica”, no dia 05.05, das 9h às 18h, no Hotel Blue Tree Premium Morumbi, em São Paulo. O evento tem o objetivo de traçar um panorama das principais mudanças advindas do surgimento do novo consumidor, que passará a ser protagonista no setor elétrico. A programação inclui o Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, o Ministro da Justiça, Anderson

Torres, o deputado federal e relator do PL 414/2021, Fernando Filho (UNIÃO-PE) e o Presidente Executivo da Abraceel, Rodrigo Ferreira, além dos diretores da Aneel Efrain Cruz e Hélvio Guerra e de autoridades internacionais. Para inscrições e programação completa clique [aqui](#).

FASE pede transparência à CPAMP

O Fórum das Associações do Setor Elétrico (FASE) enviou carta à CPAMP pedindo divulgação ampla das contribuições enviadas pelos agentes na CP 121/2022 do MME, que tratou das alterações metodológicas nos modelos, tendo em vista que os documentos ainda não foram divulgados na íntegra pelo MME e são importantes para entender o contexto da decisão da comissão. Outro ponto de preocupação abordado na carta diz respeito ao rito adotado na deliberação, que aconteceu de maneira reservada e com os resultados divulgados mais de 24 horas depois da decisão, quando o ideal seria a divulgação imediata, evitando o acesso desigual a informações sensíveis e que têm impactos comerciais de grande relevância. Assim, o fórum solicitou que a governança da Cpamp seja aprimorada para assegurar a publicidade célere e isonômica das informações, aproveitando a oportunidade para incluir essas questões no Regimento Interno da Comissão, que está sendo elaborado. A Abraceel defende esses princípios, razão pela qual assinou o documento, que está disponível na área restrita do associado, seção Cartas.



Rodrigo Ferreira analisa portabilidade da conta de luz no 2W Energia Day

No dia 25.04, Rodrigo Ferreira irá palestrar no evento da associada 2W Energia, no painel “A Portabilidade da Energia: PL 414”, que contará também com a participação do deputado federal Danilo Forte (UNIÃO-CE), para analisar o processo de abertura do mercado e a tramitação do projeto de lei. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo link em [português](#) ou em [inglês](#).



Inscrições abertas para a prova de Certificação de Operadores do Mercado

A edição 2022 da Certificação de Operadores do Mercado está com as inscrições abertas até dia 18.08 pelo link e, assim como em 2021, CCEE e FGV/CERI são os responsáveis pela iniciativa. O processo continuará em formato online, por meio de uma plataforma digital, de fácil conexão e uso simples. A prova será realizada

no dia 18.09 e o diploma obtido tem validade por quatro anos. Além disso, para auxiliar os participantes, a CCEE realizará uma série de atividades de estudo, além de disponibilizar um simulado especial com questões dos anos anteriores. Para mais informações, clique [aqui](#).

Abraceel pede transparência nas atividades de GT sobre recuperação dos reservatórios

Na reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) realizada no dia 07.04, foi aprovada a criação de um grupo de trabalho para elaboração de plano para viabilizar a recuperação dos reservatórios de regularização do SIN. Apesar de as diretrizes do plano constarem na Lei 14.182/2021, os agentes não têm informações adicionais sobre as atividades que serão realizadas. Assim, a Abraceel enviou carta ao MME e ONS, membros do GT, solicitando transparência em relação às atividades a serem desenvolvidas pelo grupo de trabalho, considerando o potencial impacto em variáveis relacionadas à formação de preços. Ademais, diante da possibilidade de participação de associações nas reuniões, a Abraceel se colocou à disposição para contribuir com as avaliações do grupo. A carta enviada está disponível na área restrita do associado, seção Cartas.

Curso: Relações Institucionais e Governamentais nos setores de energia e infraestrutura

Ministrado por Daniela Giacobbo, o curso online de Relações Institucionais e Gover-

Governamentais nos Setores de Energia e Infraestrutura visa apresentar os conceitos, abrangência e limites para as atividades de Relações Institucionais e Governamentais e identificar como a atividade de RIG pode se tornar uma ferramenta de crescimento e aumento do volume de investimentos. Ocorrerá nos dias 26 e 27 de abril. Associado da Abraceel possui cupom de desconto de 20% com o código: apoiador. Acesse o site da VIEX e garanta sua inscrição em: www.viex-americas.com/cursos ou entre em contato pelo e-mail info@viex-americas.com.

Aumento dos limites de venda para o MVE em 2022

A Diretoria da Aneel votou a favor da majoração dos limites de venda do MVE, excepcionalmente para os processamentos de 2022, fazendo com que o montante total de energia elétrica declarado pelas distribuidoras passe de 15% para 30% da sua respectiva carga no centro de gravidade. Tal flexibilização se dá por causa de um possível aumento da sobrecontratação em 2022, advinda de condições como a crise econômica verificada no país e os efeitos da pandemia do coronavírus ainda presente no ano de 2021.

Custos extraordinários de ESS em março

A CCEE informou que ficou determinada a cobrança extraordinária de Encargos de Serviço do Sistema (ESS) de cerca de R\$ 23 milhões, para recuperação dos custos com o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo, instaurado du-

rante a crise hídrica do ano passado. O valor total do aporte de garantias financeiras representará R\$ 0,455688/MWh. Essa cobrança será incluída no aporte de garantias financeiras de março de 2022, via Mecanismo Auxiliar de Cálculo (MAC).

Primeiro evento do Energy Future debate PL 414/2021

O Energy Future, com intuito de avaliar inovações e inserção tecnológica no setor elétrico, criou a Trilha Regulação em sua Agenda Setorial para que agentes do mercado possam discutir aspectos do ambiente regulatório. O primeiro encontro, destinado às “utilities” do setor de energia, será realizado no dia 26 de abril, às 10h30. Rodrigo Ferreira participará do evento, ao lado de outros especialistas, para avaliar o impacto do PL 414/2021 no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro. Mais informações, clique [aqui](#).

Candidatos querem levantar a bandeira do mercado livre

Romeu Escanhoela, que deverá disputar a eleição para deputado estadual em São Paulo pelo Novo, esteve com Ângela Oliveira, no dia 20.04, para entender o mercado livre de energia e saber quais as demandas do setor para auxiliar na construção de uma agenda política.



O feriado deixou a semana mais curta em Brasília, com os trabalhos concentrados na segunda e terça. Na próxima semana, expectativa de funcionamento normal das atividades, com previsão de instalação das comissões permanentes na Câmara dos Deputados.

Na pauta do Plenário da Câmara, previsão de deliberação de medidas provisórias sobre: benefício extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, prorrogação excepcional de prazos de isenção, de redução a zero de alíquotas ou de suspensão de tributos em regimes especiais de drawback, fundo para aparelhamento e operacionalização das atividades-fim da Polícia Federal e transporte aéreo.

Com isso, a urgência do PL 414 pode ficar para maio. Para esse mesmo período, está previsto acordo para votação do piso nacional dos enfermeiros. Esse seria o acordo da pauta do presidente Arthur Lira, que também tem se pronunciado sobre uma solução para o Refis.

O que tem de novidade no Legislativo?

Senado Federal

[Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 8, de 2022](#): Requer a realização de audiência pública para debater as condições e os parâmetros que o Brasil estabeleceu para a negociação da revisão do Tratado de Itaipu, na forma de seu anexo C, e para segregação de ativos da Eletrobras para a criação da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar).

Câmara dos Deputados:

[PL 971/2022](#): Institui a Política Nacional de Incentivo à Geração de Energia Renovável por Produtores Rurais.

[PL 925/2022](#): Dispõe sobre incentivos à geração distribuída de energia elétrica por entidades beneficentes e templos.

[PL 979/2022](#): Institui desconto de 100% nas tarifas de energia elétrica aplicáveis a todos os templos religiosos, bem como a entidades filantrópicas que prestem assistência a pessoas refugiadas.

Na pauta da eleição presidencial, PSDB, MDB, União Brasil e Cidadania pretendem definir



quem apoiarão à presidência até o dia 18 de maio. Os partidos acordaram a definição de um apoio comum para consagrar a terceira via. João Dória e Eduardo Leite buscam uma solução conciliadora para minimizar a crise interna no PSDB.

Mandatos dos diretores da Aneel: publicado no Diário Oficial a nomeação dos diretores da Aneel com os respectivos prazos de seus mandatos, que, em razão da nova lei das Agências, devem ser não coincidentes:

- Sandoval Feitosa, diretor-geral, com mandato a partir de 14 de agosto de 2022 até 13 de agosto de 2027 (cinco anos);
- Recondução de Hélio Guerra como diretor tem início em 25 de maio de 2022, com mandato até 24 de maio de 2024 (dois anos);
- Ricardo Tili iniciará na ANEEL a partir de 25 de maio de 2022, com mandato até 24 de maio de 2025 (três anos);
- Fernando Luiz Mosna iniciará no dia 14 de agosto de 2022, com mandato até 13 de agosto de 2026 (quatro anos);
- Agnes da Costa inicia a partir de 3 de dezembro de 2022 e seu mandato segue até 2 de dezembro de 2028 (seis anos).

Também foram publicados os mandatos dos diretores da ANP:

Symone Araújo foi reconduzida ao cargo de diretora e ocupará Diretoria 1, com mandato até 27 de março de 2027. Daniel Maia Vieira foi nomeado na vaga decorrente do término do mandato de José Cesário Cecchi, com mandato até 10 de outubro de 2026, e ocupará a Diretoria 2. Fernando Moura foi nomeado na vaga antes ocupada por Dirceu Amorelli, com mandato até 9 de novembro de 2026, e ocupará a Diretoria 3. Já Cláudio Jorge Souza será responsável pela Diretoria 4, com mandato até 21 de dezembro de 2023, na vaga decorrente do fim do mandato de Felipe Kury.

Além desses quatro, a Diretoria Colegiada da ANP conta com um Diretor-Geral, Rodolfo Saboia, que iniciou seu mandato de quatro anos em 23/12/2020.



PRÓXIMA SEMANA

25.04 - Segunda-feira: Rodrigo Ferreira, Presidente Executivo da Abraceel, participa do evento da associada 2W Energia, o 2W Day, para debater sobre a portabilidade da energia e o PL 414/21, às 14h;

26.04 - Terça-feira: Rodrigo Ferreira participa do evento Energy Future para debater os impactos do PL 414/21 no ambiente regulatório do setor elétrico, às 10h30;

O Presidente Executivo da Abraceel participa da gravação de podcast do escritório de advocacia Machado Meyer para analisar o tema transição energética, às 16h;

27.04 - Quarta-feira: Abraceel se reúne com o deputado federal Danilo Forte (UNIÃO-CE) para debater a portabilidade da conta de luz, às 11h;

Abraceel realiza reunião institucional com a CNN Brasil, às 15h;

Abraceel se reúne com a Comissão de Integração Energética Regional (Cier) para debater oportunidades de integração energética e intercâmbio de energia com países vizinhos, às 16h30;

28.04 - Quinta-feira: Abraceel se reúne com a Abraget para discutir a geração termelétrica no SIN, às 14h;

Abraceel se reúne com grupo de investidores do Itaú para debater sobre o mercado livre de energia, às 15h30.

29.04 - Sexta-feira: Abraceel participa de workshop organizado pelo Ministério de Minas e Energia sobre o Decreto 11.042/2022, que disciplina a contratação obrigatória de usinas termelétricas a gás natural e empreendimentos hidrelétricos até cinquenta me-